



Rui Almeida\*

## Politicamente (in)Correto

O mais recente estudo publicado sobre a adesão dos eleitores portugueses a atos eleitorais para o Parlamento Europeu não poderia resultar em dados mais claros: mais de cinquenta por cento dos inquiridos não sabia qual a data do sufrágio.

Curiosamente, porém, um número apreciável demonstrava vontade de ir às urnas e participar em mais uma etapa da construção europeia a 27, contribuindo para eleger os seus representantes ao hemicíclio de Estrasburgo.

Parecem dados antagónicos, mas talvez convenha sublinhar que as eleições europeias são, historicamente, em Portugal, as que maior número de abstencionistas revelam, sendo que o interesse (ou não) na participação oscila na exata medida e proporção da distância dos grandes centros de decisão do país. Lisboa, Porto, Coimbra, Leiria, Braga são os distritos com mais adesão, enquanto Açores, Madeira e os distritos do interior de Portugal continental os que menos entusiasmo demonstram pela corrida aos lugares de deputado europeu.

Talvez, nesta medida, quer do ponto de vista de maior informação e cativação para este ato eleitoral, mas sobretudo de maior e mais profundo conhecimento das instâncias europeias, dos seus objetivos, da sua tramitação e da sua (real) influência na vida quotidiana, quer da aproximação dos eleitores insulares, fazendo-os sentir parte integrante, decisória e decisiva da “casa europeia”, tenha de vir de novo à tona de água, no próximo quinquénio de legislatura europeia, a “velha” mas cada vez mais premente e atual questão dos círculos ultraperiféricos.

Se o reconhecimento da distância geográfica como elemento seletivo e agregador de políticas públicas europeias distintas e de discriminação positiva é um facto e uma prática já seguidos pela generalidade dos deputados ao PE, é essencial dar o próximo passo e permitir aos cidadãos também muito “específicos” dessas regiões uma palavra significativa a propósito das suas ambições de desenvolvimento sustentado, equilibrado e compassado, já bem bastando a distância imensa que os separa dos centros de poder e de decisão, em Bruxelas ou em Estrasburgo.

Esta é uma tarefa de todos, transversal e sem espartilhos políticos, partidários ou fronteiriços. O Parlamento Europeu, fiel da balança e fórum privilegiado, deverá olhar menos para os gabinetes e muito mais para fora deles, para o sentimento generalizado de um quinhão importante da população do velho continente, e para a

necessidade de passar a refletir em pleno, numa perspetiva de construção europeia coesa, segura e de futuro, os anseios das suas regiões mais longínquas, tantas vezes apontadas pelo exotismo dos destinos, mas tão poucas verdadeiramente escutadas nas suas múltiplas diferenças e necessidades.

E é uma tarefa de legislatura, assim se continuam a criar as sinergias e os “lobbies” necessários. Contaremos com os deputados açorianos eleitos em listas nacionais.

Da parte do PSD, o inevitável Paulo Nascimento Cabral, conhecedor como ninguém dos corredores de influência e de decisão em Bruxelas, por força de uma notável experiência e capacidade de diálogo. As suas atuais funções na Representação Permanente de Portugal na União Europeia, com especiais responsabilidades nas áreas dos Açores e da Energia fazem dele a escolha óbvia dos social-democratas, de resto claramente definida, em termos estratégicos, quando Nascimento Cabral deixou a chefia de gabinete de Bolieiro e regressou às estruturas da União Europeia.

Quanto ao Partido Socialista, o contrário do previsível e do aconselhável. Uma espécie de surpresa desagradável, considerando que Vasco Cordeiro seria, obviamente, o candidato natural, em face dos seus contactos no âmbito das regiões ultraperiféricas e do perfil de “estadista” que poderia entregar em nome dos Açores mas, até, no reforço, consolidação e dignificação da representação portuguesa em Estrasburgo. Quem ficar colocado em lugar elegível, pela região, na lista nacional do PS, estará a léguas de distância e de “representatividade”, perante o eleitor anónimo, independentemente das capacidades que possa vir a revelar (ou a desenvolver...) durante o mandato.

Marquemos o dia 9 de junho na agenda como uma data que pode ser determinante para o posicionamento dos Açores junto das instâncias europeias.

Uma “diplomacia paralela” que se afigura tão importante e decisiva, que merece uma forte adesão do eleitor açoriano.

Afinal, mais uma vez, está em causa o que se pretende da região na sua relação com o continente a que pertence, na particularidade geográfica que exhibe e na capacidade negocial e de diálogo que se deseja.

\*Jornalista

Publicidade

22 ABRIL

50 ANOS 1974-2024

25 DE ABRIL SEMPRE



João Bosco Mota Amaral



Alberto João Jardim

**MESA REDONDA**  
 MODERADOR  
**LOPES DE ARAÚJO**  
 17H30 | CENTRO NATÁLIA CORREIA



www.cm-pontadalgada.pt

800 205 479

